

## LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM: PERFIL DOS ALUNOS ENCAMINHADOS DO 4º E 5ª ANOS

Neide da Silva Campos

*Universidade Federal de Mato Grosso, neidinhacampos@gmail.com*

**Resumo:** A escola organizada por Ciclos inclui, em seu currículo, a Sala de Articulação, atualmente no estado de Mato Grosso, denominado de Laboratório de Aprendizagem e tem como objetivo atender no contraturno os alunos que não estão alfabetizados, após passarem pelo Ciclo de Alfabetização, bem como aqueles que apresentam defasagem em Língua Portuguesa e/ou Matemática. Este trabalho discute sobre o perfil dos alunos do 4º e 5º anos encaminhados ao laboratório de aprendizagem, em uma escola estadual de Cuiabá-MT. Utilizamos a Pesquisa qualitativa, tipo exploratória, utilizamos dados do diagnóstico inicial encaminhado pelo professor regente sobre as motivações e justificativa dos encaminhamentos dos alunos, bem como observação e registro do caderno campo. Ao observamos os registros dos encaminhamentos dos professores do 4º e 5º anos, muitos alunos encaminhados não estavam alfabetizados quando já deveriam estar plenamente com essas habilidades consolidadas. Observamos que houve alunos que foram mal avaliados por seus professores, uma vez que em algumas fichas constavam que não estavam alfabetizados, quando já haviam se apropriados do sistema de escrita alfabética, apresentando tão somente erros de grafia e leitura não fluente. O laboratório de aprendizagem tem uma função vital no chão da escola. Muitos dos alunos que frequentaram o Laboratório de Aprendizagem, na escola investigada, obtiveram avanços significativos no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo, é possível afirmar a fragilidade do educador frente ao diagnóstico inicial, as práticas homogeneizadoras, que partem do princípio que todos estão no mesmo nível de compreensão prejudicam o desenvolvimento dos alunos que apresentam defasagem.

**Palavras chave:** Escola, Alfabetização, Laboratório de Aprendizagem

### Introdução

O ciclo da alfabetização, está estruturado conforme documentos legais, no primeiro ciclo do ensino fundamental. Alfabetização e letramento é a grande demanda deste ciclo, na qual as crianças vão se empoderando dos processos de ler e escrever. Contudo, se este deveria ser um ciclo em que os educandos necessitariam se apropriar da leitura e escrita, este também é um ciclo, em que muitas crianças, infelizmente não têm seus direitos garantidos, ficando as margens dos processos de aprender.

Quando abordamos sobre alfabetização/letramento, Grossi (2010), indica que não há problema de aprendizagem e sim questões de ensino, e afirma que todas as crianças podem aprender.

[...] há hoje a mais promissora constatação científica de que todos podem aprender. Não há problema de aprendizado, portanto, ninguém está excluído da possibilidade de construir conhecimentos [...]. Por mais surpreendente que pareça, há somente problemas de ensino. E mais. Há problemas de incapacidade de apostar na capacidade de aprender de alunos [...]. (2010, p.55).



Se o educando não está aprendendo aqueles saberes/capacidades que seriam específicos de cada ano, é preciso ter clareza de onde esse aluno está, analisando do ponto de vista da aprendizagem, o que efetivamente ele sabe, conhece e que ações podem ser previstas para ter seus direitos de aprendizagem garantidos.

Ver o aluno adentrar o último ano do ciclo de alfabetização e chegar ao final do ano constatar que ele não aprendeu, mas também pouco avançou, tem sido algo corriqueiro. Constata-se que há um aluno com desafio de aprendizagem, mas efetivamente a prática pedagógica com relação a este aluno não tem sido satisfatória.

Uma das demandas atuais enfrentadas pela escola pública é lidar com uma grande contingência de crianças que não são alfabetizadas na idade certa, isto é, até aos 8 anos de idade. Alfabetizar na idade certa, é um termo que vem sendo utilizado em alguns documentos do Ministério da Educação (BRASIL, 2012), PNE e Caderno de Formação do Pacto pela Alfabetização Nacional.

Os dados nos confrontam diariamente, muitos alunos avançam sem aprender, fato é que para minimizar tais índices, desde 2013, há o programa de formação continuada de professores, visando sobre tudo a formação dos professores do primeiro ciclo, com o objetivo de atender os direitos de língua portuguesa e matemática, bem como as demais áreas de conhecimento.

No ano de 2013, foi realizada pela primeira vez a prova ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), também com intuito de verificar a eficiência da formação do Pacto Nacional pela Alfabetização, resultados emitidos em setembro de 2014<sup>1</sup>, revelam muitas fragilidades no tocante a leitura e escrita dos alunos.

No chão da escola, as motivações para o aluno não aprender são as mais variadas, e principalmente fundadas no senso comum, justificativas que estigmatizam e rotulam os alunos, comumente nas reuniões ou em conversas informais ouvimos os professores destes ciclos com afirmações categóricas sobre os alunos que apresentam desafios de aprendizagem: “tem problema na cabeça”, “esse não aprende, o irmão dele também não aprendeu” “a família toda tem problema de aprendizagem” Justificativas rasas em meio a complexidade que é a dimensão de alfabetizar e letrar e de compreender o campo da educação enquanto ciência.

---

<sup>1</sup> <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana/resultados>

A escola enquanto espaço da produção do conhecimento precisa atentar as diversidades, principalmente aquelas ligadas a não aprendizagem, olhar para a diferença, significa não homogeneizar os processos de aprendizagem, principalmente com aqueles que não acompanham o mesmo ritmo que os demais alunos. Dentro da política de educação do Estado de Mato Grosso os alunos que estão em defasagem de ensino, são encaminhados ao que está atualmente designado de Laboratório de aprendizagem para superação das fragilidades.

## **Metodologia**

Recorremos a pesquisa qualitativa, utilizando a pesquisa exploratória. O contexto da pesquisa foi uma escola estadual na cidade de Cuiabá-MT, mas especificamente, com os alunos que são encaminhados para o laboratório de aprendizagem, com foco, nos alunos de 4º e 5º anos que foram atendidos. Utilizamos dados do diagnóstico inicial utilizado pelo professor regente sobre as motivações e justificativa dos encaminhamentos dos alunos, bem como observação e registro do caderno campo.

## **Resultados e Discussão**

No Brasil, a escola organizada por ciclo de formação dispõe de documentos oficiais que asseguram, na educação básica, a formação integral dos estudantes. A Constituição Federal de 05 dezembro de 1988 estabelece os princípios básicos para a educação brasileira, garantindo a igualdade de condição para acesso e permanência na escola e gratuidade no ensino público, liberdade de aprender, valorização profissional e garantia de padrão de qualidade no ensino. Com a aprovação da Lei 9394/96 (LDB), surge novas formas de organizar o ensino fundamental no Brasil, iniciando um movimento sobre a necessidade de repensar a escola, seus sujeitos, considerando o ritmo diferenciado de cada estudante no processo educativo.

Art. 23 A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, em que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, as escolas brasileiras enfrentam o grande desafio de transformar a espaço escolar em um ambiente propício à aprendizagem de todos. Grandes discussões emergiram no cotidiano da escola, pois com o alto índice evasão e repetência o sistema de ensino nas escolas públicas encontrava fadado ao fracasso.

Por isso, em 1997, no intuito de superar a fragilidade do sistema de ensino de Mato Grosso, o governo do estado regulamenta o Sistema de Ensino e a carreira dos profissionais da educação através da lei complementar 49/98 e 50/98. No enteando, era urgente a elaboração e implementação de política que promovesse a expansão de ofertas de vagas da educação básica e instalação de mecanismos de permanência da criança na escola, em todas as suas etapas e modalidades de ensino. Os diálogos a cerca dessa nova proposta em Mato Grosso ganha força, movido pela grande necessidade de frear o índice de distorção idade/série e construir uma nova estratégia política pedagógica para enfrentamento das desigualdades sociais.

No ano seguinte o Ensino Fundamental de Mato Grosso foi reorganizado em ciclos, implantando o Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA) apenas no primeiro ciclo de alfabetização.

Para que os alunos ao concluírem o CBA continuassem seus estudos no mesmo ritmo da proposta do Ciclo Básico de Alfabetização, em 1999 foi expandido gradativamente o sistema de Ciclos de Formação para todo o ensino fundamental da rede estadual de ensino.

A escola organizada por Ciclos inclui, em seu currículo, a Sala de Articulação, atualmente denominado Laboratório de Aprendizagem, que vai além do espaço físico. Espaço este organizado de modo a potencializar a aprendizagem do aluno que apresentarem defasagem de conhecimento no percurso ano/idade, num ritmo e num tempo diferenciado da sala de aula, porém necessário a aprender. É mais uma ferramenta a serviço do educando, impulsionando-o a vivenciar novas experiências as quais potencializem sua aprendizagem e proporcione de modo sistêmica e significativa a aprendizagem da leitura e escrita e da matemática, garantindo aos estudantes seus direitos de aprendizagem.

Na última década surge uma nova configuração de organização para as escolas da rede estadual de ensino de Mato Grosso. A mudança do Ciclo de Formação para o Ciclo de Formação Humana foi impulsionada a partir de estudos e reflexões nos processos formativo dos envolvidos, promovendo articulação da teoria estudada com a prática do cotidiano escolar. Assim sendo, o estado de Mato Grosso vem intensificando esforços para a (re)construção da proposta da Sala de Articulação de Aprendizagem no intuito de atender as reais necessidades o aluno.

Em 2010, para as escolas estaduais com o ensino organizado em Ciclos de Formação Humana foi disponibilizado professor articulador de aprendizagem conforme número de aluno nos dois primeiros ciclos. Já no terceiro ciclo a atribuição se pautava no número de turmas, conforme anexo I da Portaria N°. 371/09/GS/SEDUC/MT.

Em 2011 o trabalho da Articulação da Aprendizagem sofreu mudanças em sua organização e o terceiro ciclo fica fora do atendimento. Nesse contexto os trabalhos da Sala de Articulação atende duas situações distintas, sendo o primeiro denominado Articulação I para atender alunos do 1º ciclo e o segundo Articulação II, para atender alunos do 2º Ciclo, de acordo com a Portaria nº 586/10/GS/Seduc/MT.

Com base na Portaria N° 453/11/GS/Seduc/MT, em 2012 o trabalho da Articulação da Aprendizagem foi novamente organizado de maneira a atender todos os alunos do 1º ciclo, o 2º ciclo e o 3º ciclo, cabendo ao professor articulador elaborar projeto de proposta de apoio à aprendizagem dos alunos com desafios de aprendizagem. Dessa maneira, se a escola tivesse apenas um articulador, este atenderia a todos os ciclos. No caso de a escola ter o número de alunos suficiente para mais de um articulador, a solicitação era feita conforme descrito no anexo I da Portaria N° 451/11/GS/Seduc/MT.

Nos anos 2013 e 2014 as propostas da Sala de Articulação de aprendizagem priorizava o processo de alfabetização numa proposta de mediação das aprendizagens da articulação do coletivo dos Ciclos da unidade escolar, conforme Portaria nº. 306/12/GS/Seduc/MT e Portaria N°. 434/13/GS/Seduc/MT.

Em 2015 a proposta da sala de articulação de aprendizagem levou em consideração a avaliação interna e externa da escola para a elaboração do diagnóstico de aprendizagem dos alunos. No entanto, segundo PORTARIA N°. 310/014/GS/Seduc/MT, as aulas do professor articulador não foram atribuídas diretamente na função e sim como carga horaria complementar, assegurando ao professor até 10 horas/aulas além das 30 horas atribuída em sala de aula, comprometendo assim o tempo do professor na atuação do trabalho da Sala de Articulação e inviabilizando o acompanhamento da evolução da aprendizagem do aluno.

No ano de 2016 a Sala de Articulação é substituído pela proposta de Laboratório de Aprendizagem. De acordo com artigo 29 da Portaria nº 416/2015/GS/Seduc/MT cada unidade escolar teve direito a um professor articulador de aprendizagem, atuando com foco na alfabetização, com atendimento aos alunos a partir do 4º ano ou, em casos excepcionais, focado nas áreas de Linguagem ou Matemática para atender alunos a partir do 6º ano com defasagem de aprendizagem.

De acordo com o Orientativo Pedagógico 2017/Seduc/MT, o Laboratório de Aprendizagem:

[...] não deve ser pensado como um local “periférico”, ou seja, um espaço de pouca importância. Ao contrário, nele devem ser direcionadas total atenção e dedicação, haja vista que lá frequentarão os estudantes que necessitam de maiores atenções e acompanhamentos. (MATO GROSSO, 2017, p.38)

Nesse sentido para melhor desempenho dos alunos é necessário diálogo constante entre o professor articulador e o professor regente, mantendo a comunicação em torno das necessidades, avanços e desafios dos educandos, possibilitando atuar pedagogicamente naquilo que é de fato a necessidade do aluno. Vale ressaltar que a articulação de aprendizagem na escola trouxe alguns pontos positivos que foram essenciais e necessárias para alunos nos diversos níveis de aprendizagem adquirissem autonomia, superassem suas hipóteses na leitura e na escrita, e avançassem no processo educativo. Porém, o maior desafio da escola é elevar o índice do desenvolvimento escolar do educando considerando seus direitos de aprendizagem e sua permanência com êxito no ambiente escolar, pois ainda é muito grande o número de crianças que conclui sua escolarização sem estarem alfabetizado.

Em função disso, a escola dispõe do Laboratório de Aprendizagem (LA) no contra turno das aulas regulares visando acolher alunos com defasagem escolar entre faixa etária e nível de conhecimento, a partir do 4º ano do 2º ciclo do Ensino Fundamental para o ano letivo 2017, oferecendo ao estudante suporte pedagógico para atingir os níveis de rendimentos necessários, conforme prevê Portaria nº 337/2016/GS/SEDUC/MT.

O Laboratório de Aprendizagem possui objetivo principal integrar o aluno novamente no ambiente escolar, resgatar a autoestima, mostrar que são capazes de produzir aprendizagem significativa e construir sua própria história de conhecimento. Para isso, busca identificar os fenômenos que impede o avanço do aluno no processo de aprendizagem, traçar novos caminhos para que o estudante se aproprie do conhecimento e fazendo uso desse conhecimento no espaço social.

Cada aluno é atendido em sua especificidade conforme encaminhamento do professor regente e dos resultados dos testes de nível de leitura e escrita, realizados pelo professor articulador. Para elevar o índice do desenvolvimento escolar do educando e garantir sua aprendizagem as ações pedagógicas assume a diversidade dos alunos de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades, proporcionando atividades de caráter lúdica educativa, criando estratégias de atendimento educacional complementar, construindo um elo entre as atividades desenvolvidas no Laboratório de Aprendizagem com o trabalho de sala de aula.

As demandas são levantadas pelo professor regente, com base na observação das habilidades e competências acumuladas pelo aluno ao longo dos anos. Esse diagnóstico é elaborado no período de sondagem, preferencialmente nas duas primeiras semanas do ano letivo. Os alunos que apresentarem necessidade de apoio pedagógico deve ser encaminhado ao laboratório de aprendizagem com a devida justificativa, para que o professor articulador de aprendizagem, inicie o processo de intervenção pedagógicas proporcionando aos alunos a (re)construção de conceitos que os reconduzam às situações de interação no grupo ao qual pertencem.

O Laboratório de aprendizagem tem ganhado uma importância maior do que deveria no chão da escola, uma vez que se os processos de ensino e aprendizagem fossem mais democráticos, não haveria necessidade de empregar o mesmo. Porém, diante da realidade esse ainda é um elemento essencial de apoio aos alunos, para que possam ter seus direitos efetivados.

Ao observamos os registros dos encaminhamentos dos professores do 4º e 5º anos, de uma escola estadual na cidade de Cuiabá-MT, muitos alunos que foram encaminhados pelos professores do 4º ano não estavam alfabetizados quando já deveriam estar plenamente com essas habilidades consolidadas. O que é visto no chão da escola muitas vezes é a repetição do fracasso escolar, isto é, muitas crianças passam de uma fase para outra, porém pouco se avança nos níveis da leitura e da escrita. O que de acordo com Garcia (2002)

A sociedade brasileira continua a produzir milhões de analfabetos, que contribuem para a manutenção de privilégios nas mãos daqueles que sempre detiveram o poder. Os excluídos do poder são excluídos de bens culturais, ainda que produzam tanto bens materiais quanto bens culturais. A escola desempenha um papel fundamental nessa exclusão, não apenas porque cria barreiras que impedem a entrada de crianças das classes populares [...], mas porque às que conseguem romper as barreiras e se matriculam são colocadas outras barreiras, que as impedem de ter sucesso na escola, ou seja, grande parte das crianças pobres saem, ao final de alguns anos, sem sequer saber ler e escrever. (GARCIA, 2002, p.10).

Observamos que houve alunos que foram mal avaliados por seus professores, uma vez que em algumas fichas constavam que não estavam alfabetizados, quando já haviam se apropriados do sistema de escrita alfabética, apresentando tão somente erros de grafia e leitura não fluente.

Em uma situação a professora regente na ficha de encaminhamento descrevia um aluno como alguém que não identificava as letras do alfabeto, e que o mesmo era apenas copista, isto é, escreve, mas não entende o que escreve. Na aplicação do teste da Psicogênese da língua escrita (FERREIRO e TEBEROSKY, 1985), para saber em qual hipótese da escrita o aluno estava, ao ditar as 4 palavras e uma frase, observou que o aluno já estava no nível alfabético, isto é, a um passo de se tornar alfabetizado. Na leitura, a estudante lia palavras com estrutura canônica e nas palavras

com estrutura não canônica apresentava dificuldades. Nesta perspectiva, a professora não utilizou os métodos adequados para avaliar o estudante. Assim, a intervenção didático-pedagógica para garantir a aprendizagem pouco refletiria no avanço desse aluno.

Para os alunos do 5º ano, observamos que a dificuldade maior apresentada estava na leitura fluente, a relação grafema-fonema de algumas sílabas não canônicas não estavam consolidadas e isso refletia também nos processos da escrita, com os alunos apresentando muitos erros de grafia e ainda possuindo escrita as vezes não segmentada, bem como oralização da escrita. Como na observação de uma escrita da aluna de 5º ano em uma frase “*milha familia eo meumaior tesoro*”.

Outra situação vivenciada são os alunos que estão alfabetizados, mas que demonstram uma enorme dificuldade em interpretar textos, há apenas uma decodificação técnica e não uso da função social da escrita.

Uma outra característica dos alunos encaminhados é que em sua maioria são alunos negros e provenientes de baixa renda, isto é, não é qualquer aluno que não aprende no espaço escolar, assim, continuamos a ver a escola realizar uma prática homogeneizadora que não possibilita a todos aprenderem, isto é, a escola continua sendo um mecanismo forte de exclusão social.

## **Conclusões**

Ao fazermos a observação do chão da escola em que atuamos percebemos algumas ambiguidades com relação aos alunos que são encaminhados e chegamos a alguns pontos de encontros:

1º: alguns alunos são encaminhados por indisciplinas na sala regular;

2º: alguns alunos são encaminhados porque não se propõe a realizar o que foi solicitado ao professor regente, o que não implica em defasagem, conforme estabelecido nos documentos legais;

3º: Alguns estudantes são mal avaliados, estando em um nível, quando verifica-se que se está em outro, o que demonstra uma fragilidade na formação do professor na realização do diagnóstico, bem como no desconhecimento das hipóteses de escrita dos alunos. Nesta perspectiva, a prática pouco possibilitará avanços, uma vez que uma prática mal avaliada, as intervenções não provocarão saltos qualitativos na aprendizagem do aluno.

4º: quando há um trabalho diferenciado e articulado entre a professora articuladora e a professora regente verifica-se uma evolução na aprendizagem do aluno.



O laboratório de aprendizagem tem uma função vital no chão da escola. Muitos dos alunos que frequentaram o Laboratório de Aprendizagem, na escola investigada, obtiveram avanços significativos no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Contudo, é possível afirmar a fragilidade do educador frente ao diagnóstico inicial, as práticas homogeneizadoras, que partem do princípio que todos estão no mesmo nível de compreensão prejudicam o desenvolvimento dos alunos que apresentam defasagem.

## Referências

- FERREIRO**, Emilia; **TEBEROSKY**, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Artes médicas. Porto Alegre. 1985.
- BRASIL**. *Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização: 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental*. Brasília: MEC, 2012.
- BRASIL**. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.
- GARCIA**, Regina Leite. *Alfabetização dos alunos das classes populares: ainda um desafio* Cortez Editora, São Paulo, 2002.
- GROSSI**, Esther Pillar. *Que letra é essa? Do gozo da ignorância ao prazer de aprender*. Rio Grande do Sul: Geempa, 2010.
- MATO GROSSO**. Portaria Nº. 371/09/GS/SEDUC/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2009.
- MATO GROSSO**. Portaria nº 586/10/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2010.
- MATO GROSSO**. Portaria Nº 453/11/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2011.
- MATO GROSSO**. Portaria Nº 451/11/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2012.
- MATO GROSSO**. Portaria nº. 306/12/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2013.
- MATO GROSSO**. Portaria Nº. 434/13/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2014.
- MATO GROSSO**. Portaria Nº. 310/014/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2014.
- MATO GROSSO**. Portaria nº 416/2015/GS/Seduc/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2016.
- MATO GROSSO**. Orientativo Pedagógico 2017. Cuiabá: SEDUC-MT, 2017.
- MATO GROSSO**. Portaria nº 337/2016/GS/SEDUC/MT. *Diário Oficial de Mato Grosso*. Cuiabá, 2017.